

O GOLPE DE ABRIL DE 1964 E PORQUE AS DATAS IMPORTAM

The April 1964 coup and why dates matter

El golpe de abril de 1964 y por qué las fechas importan

Lineker Noberto¹

Resumo:

Problematizando sobre a relevância política das datas históricas, este artigo retoma o dilema sobre qual é o exato dia do golpe de Estado de 1964: 31 de março ou 1º de abril? Defende que apesar do movimento militar golpista ter se iniciado na manhã do dia 31 de março, foi apenas no dia 1º de abril que o êxito do golpe se confirmou. Até o dia 1º, havia condições de resistência que, por vários motivos, foram desperdiçadas pelo governo federal e seus apoiadores.

Palavras-chave: Golpe. 31 de março. 1º de abril.

Abstract:

Problematizing the political relevance of historical dates, this article returns to the dilemma of what is the exact day of the 1964 coup d'état: March 31st or April 1st? He argues that although the military coup movement began on the morning of March 31st, it was Only on April 1st that the success of the coup was confirmed. Until the 1st, there were conditions for resistance that, for various reasons, were wasted by the federal government and its supporters.

Keywords: Coup. March 31st. April 1st.

Resumen:

Problematizando la relevancia política de las fechas históricas, este artículo vuelve al dilema de cuál es el día exato del golpe de Estado de 1964: ¿31 de marzo o 1 de abril? Sostiene que aunque el movimiento golpista militar comenzó en la mañana del 31 de marzo, no fue hasta el 1 de abril que se confirmó el éxito del golpe. Hasta el día 1, existían condiciones para la resistencia que, por divers razones, fueron desperdiciadas por el Gobierno federal y sus partidarios.

Palabras clave: Golpe de Estado. 31 de marzo. 1 de abril.

Introdução

Qual dia exatamente se deu o golpe de Estado de 1964? 31 de março ou 1º de abril? Sabe-se que mais do que uma questão de precisão aos fatos históricos, esse dilema sempre envolveu uma divergência política. Os próprios defensores do golpe, evitando a data, reconhecida como o Dia da Mentira, recusaram-se a assumir o 1º de abril. E chamando o golpe de “revolução”, optaram pelo 31 de março. Assim, inscreveram a data nos documentos oficiais e espalharam ruas e avenidas 31 de março pelo país, constituindo uma memória social em seu favor. Por sua vez, os críticos assumiram o 1º de abril, fazendo da simples indicação da data do golpe uma forma de denúncia, de ridicularização do evento e de seus promotores. Carlos Heitor Cony, um dos primeiros críticos do novo regime na grande imprensa lembra deste aspecto no cenário político da época. Tomando a defesa dos perseguidos, denunciando torturas e arbitrariedades, alguns articulistas do jornal *Correio da Manhã* “escreviam diariamente contra o golpe que chamávamos de ‘1º de abril’, contrariando o resto da imprensa, que para fugir da data dedicada aos tolos, insistia em acatar os boletins militares que davam a quartelada datada do dia anterior, 31 de março” (CONY, 2004, p. 211-212), registrou o cronista.

Este artigo retoma a questão, nem sempre devidamente apreciada, para defender que apesar do movimento militar golpista ter se iniciado na manhã do dia 31 de março, foi apenas no dia 1º de abril que o êxito do golpe se confirmou. Até o dia 1, havia condições de resistência que, por vários motivos, foram desperdiçadas pelo governo federal e seus apoiadores. Neste sentido, uma avaliação pormenorizada dos eventos denota que 31 de março foi apenas o início do fim do governo Goulart, sendo 1º de abril de fato o último dia do regime democrático de 1946, e o 2 de abril, com a posse de Ranieri Mazzili, o primeiro do novo regime. Para sustentar tal tese, primeiro será apresentada um conciso relato sobre os eventos do dia 31 de março a 2 de abril. Mas como a definição de uma data histórica não depende exclusivamente de uma organização precisa dos fatos – apesar de não poder prescindir deles –, a questão será apreciada depois à luz de uma reflexão sobre o papel dos historiadores no uso político do passado e o ato de instituir datas históricas.

Os eventos que principiaram o golpe

O dia 31 de março de 1964 começou em um clima substancialmente tenso. A presença do presidente da República na sede do Automóvel Clube no dia anterior agravou a crise militar de poucos precedentes na história do país. Convidado ilustre da Associação dos Sargentos e Suboficiais da Polícia Militar, João Goulart fez um discurso de improviso. Defendeu as reformas de base e denunciou as conspirações golpistas e tentativas de desestabilização de seu governo, assim como o uso indevido da fé religiosa para fins políticos inconfessáveis. Apesar de ponderar sobre a necessidade da manutenção da hierarquia militar, a sua participação num evento que contava com a presença de diversos marinheiros, cabos e fuzileiros navais, responsáveis por uma ruidosa rebelião dias antes, foi inevitavelmente interpretada como uma anuência as ações rebeldes que questionavam a disciplina e a hierarquia nas Forças Armadas.

Em manifesto dirigido à Nação naquele dia 30, o Comando Geral dos Trabalhadores (CGT) denunciava os notórios conspiradores civis, como os governadores de São Paulo, Guanabara, Minas Gerais e Rio Grande do Sul, de articularem um golpe de Estado, e assim, convocava os trabalhadores para começarem a preparação por uma greve geral em defesa das liberdades democráticas. Entre as notícias desencontradas naqueles dias, já se especulava que os marinheiros haviam dominado os navios da Marinha de Guerra e se apropriado dos seus depósitos de armas. O clima era de evidente confronto. Na guerra de manifestos, se destacaram também no dia 30, o do governador de Minas Gerais, Magalhães Pinto. Considerado àquela altura um opositor moderado, o político udenista parecia apresentar-se como alguém interessado em assumir a liderança civil do golpe (Cf. DINES, 1964).

Ao recusar os conselhos que recebeu de inúmeros aliados em não comparecer a solenidade do dia 30, João Goulart assumiu todos os riscos envolvidos na ampla luta política que tomava o país à época. Sua posição há muito ameaça, seria agora alvo de um ataque direto. Os editoriais dos jornais de maiores circulações pelo país davam a tônica da situação. O *Jornal do Brasil* já havia defendido, no dia 30, que o presidente constitucional se encontrava agindo na ilegalidade, e o *Correio da Manhã* clamava, naquele dia 31, por um “Basta!”. Eram sinais eloquentes para aqueles que se encontravam conspirando a meses, elucubrando sobre variados planos de intervenção militar, de que era chegada a hora da ação. A decisão partiu do general Olímpio Mourão Filho. Insatisfeito com os termos ainda prudentes do manifesto do governador mineiro, o general resolveu redigir, na madrugada do início do dia 31, o seu próprio manifesto e dar início a movimentação das tropas. Comandante da 4ª Região Militar/Divisão de Infantaria (4ª RM/4ª DI), ordenou o deslocamento do destacamento de Tiradentes até a cidade do Rio de Janeiro.

Acreditando que a decisão unilateral de movimentar tropas, pondo o golpe definitivamente em marcha, forçaria os outros conspiradores a agirem, assumindo as suas posições em apoio, o objetivo de Mourão era entrar no estado da Guanabara e tomar o prédio do Ministério da Guerra, criando a crise militar que desestabilizaria em definitivo o governo Goulart. Para tanto, contava com o apoio do general Carlos Luís Guedes, comandante do IV Regimento Divisionário, sediado em Belo Horizonte.

Apesar da decisão ter sido tomada por volta das 5h da manhã, o deslocamento das tropas demorou algumas horas para ocorrer efetivamente. Somente à tarde, a cidade de Juiz de Fora recebeu os primeiros regimentos de Infantaria. Comandado pelo general Antônio Carlos Muricy, o destacamento militar chegou ao rio Paraibuna, divisa com o estado fluminense, apenas no início da noite do dia 31. Na ocasião, o presidente João Goulart, ainda na cidade do Rio de Janeiro, já havia sido informado que o golpe de Estado estava em curso. Suas possibilidades de resistência ainda eram consideráveis.

Determinado a liquidar com a iniciativa golpista, aparentemente solitária de Mourão, o presidente Goulart reuniu-se com seu ministério. Buscando impedir a marcha das forças militares postas em movimento, o presidente foi orientado a ordenar “que o Grupamento de Obuses, com 25 carros lotado de soldados apoiados por canhões, e o mais preparado contingente de infantaria do Exército, o Regimento Sampaio, com 22 carros, subissem a serra de Petrópolis” (FERREIRA; GOMES, 2014, p. 339), Juntando-se ao 1º Batalhão de Caçadores, presente naquela cidade, as forças legalistas tomariam a estrada em direção a fronteira para barrar a entrada dos militares mineiros. Além da decisão óbvia de confrontar militarmente as tropas rebeldes, surgiu a proposta de depor o governador Magalhães Pinto, indicando um interventor para administrar o estado, sob alegação de conspiração contra o regime democrático. A notícia trazida por San Tiago Dantas por intermédio de Afonso Arinos de que o Departamento de Estado norte-americano apoiava a ação e condição beligerante de Minas Gerais, e estava disposto a defendê-lo de uma agressão advinda do governo federal, intervindo militarmente no país se preciso fosse, demoveu o presidente Goulart de suas intenções iniciais em destituir o governador. Se essas notícias estivessem corretas, o ato de deposição de Magalhães Pinto resultaria em uma invasão de forças estrangeiras e na eclosão da guerra civil. Algo a se evitar, não apenas devido os efeitos colaterais de um conflito com essas dimensões, mas porque a correlação de forças políticas e militares na ocasião ainda não pareciam tão desfavoráveis assim ao governo federal.

Àquela altura havia uma considerável desigualdade de forças militares. Os recrutas comandados pelo general Antônio Carlos Muricy e Carlos Luís Guedes não tinham a menor chance diante de três tropas profissionalizadas do I Exército. O II Exército permanecia

indefinido, diante do silêncio do general Amaury Kruehl, e o III Exército era comandado por um fiel militar legalista, o general Ladário Pereira Teles. Durante o longo dia de 31 de março, o presidente recebeu a visita de autoridades políticas e militares que lhe apresentaram algumas alternativas para se manter no poder. O ex-presidente Juscelino Kubitschek, e o chefe do Estado-Maior das Forças Armadas, general Peri Bevilacqua, lhe orientaram a se comprometer com a ordem, disciplina, e com o combate ao comunismo, não só por meio de palavras, mas também com atos imediatos, como a decretação do fechamento do CGT, intersindical que agia a margem da legalidade à época. Goulart recusou a medida. A mesma proposta lhe foi apresentada por Amaury Kruehl, quando este lhe comunicou que sem essas condições, ele tampouco poderia manter sua fidelidade ao governo. Goulart não podia aceitar esse compromisso, e o recusou mais uma vez. Sabia que se cedesse às exigências de Kruehl teria melhores condições de manter-se na presidência da República, mas perderia a base social e política que cultivava a décadas, abdicando das condições necessárias à viabilização de seu projeto de reformas. Seria um presidente tutelado pelas Forças Armadas, tolhido, na prática, de seus poderes governamentais. Assim sendo, o posicionamento público do chefe do II Exército, que tanto esperava para poder avaliar melhor a real correlação de forças militares na ocasião, veio por volta das 22h. Falando na rádio depois do governador de São Paulo, Ademar de Barros, que anunciava que os “paulistas” se uniam aos “mineiros” para se livrar do “jugo vermelho”, a declaração de Kruehl em favor da deposição de Jango era um forte golpe contra a forças de resistência. O tão mencionado “dispositivo militar” do governo federal estava começando a ruir, mas a derrota ainda não era incontornável. A greve geral decretada pelo CGT já estava começando a se organizar, e grupos engajados na resistência tomavam a iniciativa em busca de armamento e orientações para defender a democracia ameaçada. Os dados lançados ainda se encontravam no ar, e a sorte não havia sido selada.

As decisões do presidente Goulart, porém, tornavam seu governo cada vez mais frágil. Enquanto forças militares rebeldes aderiam ao golpe, as tropas do Exército continuavam nos quartéis. E invés de mobilizar a base social que o governo federal ainda possuía, instrumentalizando tais forças, na medida do possível, para o inevitável enfrentamento, Jango permanecia querendo frear a “radicalização” de seus apoiadores. Com isso seus adversários avançavam, militar e politicamente. Não só Magalhães Pinto permanecia sem qualquer assédio, devido os receios em torno de uma intervenção dos Estados Unidos, como Carlos Lacerda, permanecia no governo da Guanabara. Recusando os conselhos que recebeu dos seus militares ainda fiéis, Jango se recusou a ordenar a invasão ao Palácio da Guanabara para que executassem a prisão de Lacerda, ato que poderia frear o ímpeto dos golpistas no estado e abalar o ânimo do movimento pelo resto do país. Entrincheirado no palácio, o governador comandava as polícias

estaduais – a civil e a militar –, que buscavam controlar a cidade, invadindo sindicatos e prendendo possíveis quadros resistentes. Os canais de comunicação que o governo federal ainda tinha acesso começavam a ser obstruídos pela Polícia Militar da Guanabara. O silêncio da Rádio Nacional e Mayrink Veiga contrastava com os incentivos golpistas pronunciados por Lacerda através dos alto-falantes que funcionários colocaram em frente ao Palácio para retransmitir as rádios de São Paulo e os seus discursos violentos.

Com o deslocamento das tropas do II Exército e da Força Pública de São Paulo para Guanabara, devido a adesão de Kruel aos golpistas, agora duas colunas militares marchavam para a cidade do Rio de Janeiro. Correndo o risco de ficar sitiado e temendo por sua segurança, o colapso da resistência legalista na cidade forçou Goulart a viajar para Brasília. Essa viagem ocorrida na tarde do dia 1º de abril era o indício mais evidente de que o seu governo ainda se mantinha de pé, mas apenas por um fio.

Na capital federal, Jango foi informado que o confronto armado que deveria ocorrer entre as forças profissionais do I Exército e o Destacamento Tiradentes na fronteira entre Minas Gerais e Rio de Janeiro não aconteceu. Após conversa intermediada pelo general Odílio Denys, os comandantes do Regimento Sampaio e do Batalhão de Caçadores se uniram às tropas do general Mourão. Agora estavam todos juntos marchando sobre a Guanabara para lhe depor. Do Nordeste vinha a notícia de que, como esperado, o IV Exército, comandado pelo general Justino Alves, também aderira e já avançava para depor o governador Miguel Arraes. As notícias àquela altura eram de fato estarrecedoras. O descumprimento das ordens do presidente eram indícios fortes de que a conspiração militar não se resumia mais a um grupo estrito descontente.

A saída do presidente do Rio de Janeiro foi interpretada como fuga. E assim, as notícias fantasiosas de que Jango renunciara ao cargo começaram a se espalhar. “Nos prédios de Copacabana, do Centro e da Tijuca, entre outros, se viam lençóis brancos nas janelas. Nas ruas, muitos comemoravam. Uma chuva de papel picado descia dos prédios. O mesmo ocorreu em São Paulo e Belo Horizonte” (FERREIRA; GOMES, 2014, p. 359). Parte da população nas grandes capitais já comemoravam a “renúncia” do presidente. Goulart não havia renunciado, mas o seu governo já havia definitivamente acabado. Com sua partida, “Lacerda enfim se sentiu livre para desencadear uma brutal perseguição aos ‘subversivos’ na Guanabara” (Ibid., p. 360). O prédio da UNE na praia do Flamengo se consumia em chamas, quando no final da tarde do 1º de abril, por volta das 17h, o general Arthur da Costa e Silva entrou no prédio do Ministério da Guerra para se autoneamar ministro, com alegação de ser o general mais antigo do Exército. Se declarando chefe do que chamou de “Comando Supremo da Revolução”, Costa e Silva expressava a vitória do movimento civil e militar golpista em curso.

Em Brasília, Jango ainda tentava resistir. Com a Guanabara, Rio de Janeiro, São Paulo e Minas Gerais em favor de sua deposição, buscou na recente memória da rede da legalidade comandada por Brizola e na lealdade de Ladário Teles, comandante do III Exército, sediado em Porto Alegre, sua última tentativa de manter-se no cargo. Ao embarcar para o Rio Grande do Sul no fim do dia 01, Jango deixou para trás, porém, o governo. Interpretada novamente como uma fuga, os parlamentares opositores viram em sua viagem um ato de abandono. Não há dúvida de que o presidente do senado, Auro de Moura Andrade, sabia que Jango permanecia em território nacional, quando declarou vaga a presidência da República. Aquele foi apenas mais um ato ilegal do rito golpista que depôs um presidente constitucional. Buscando um verniz de legalidade ao golpe, após a declaração de vacância da presidência da República, por volta das 3 horas da manhã do dia 2 de abril, o Congresso, reunido em sessão extraordinária, empossou o presidente da Câmara de Deputados, Ranieri Mazzilli, na presença das autoridades constitucionais como o presidente do Supremo Tribunal Federal, Álvaro Ribeiro da Costa (que não questionou os procedimentos adotados). No entanto, é evidente que ao partir para o Rio Grande do Sul, João Goulart já não possuía mais condições de resistir. Se não sabia disso ainda, descobrira quando chegara em seu estado natal. Não há dúvidas de que o comandante do III Exército, Ladário Teles, ainda se mantinha disposto a empreender uma resistência, assim como o seu cunhado, o deputado Leonel Brizola, sustentava o ímpeto e entusiasmo que lhe era característico. No entanto, as condições políticas e militares para uma resistência exitosa já não mais existiam. Parte dos comandos do III Exército já reconheciam a legitimidade de Costa e Silva, e alinhavam-se com os golpistas. O general Ladário só possuía algumas guarnições em disposição para resistência. Percebendo o cenário de aventura que se apresentava, Goulart decidiu finalmente por depor as armas e seguir para o exterior. Rumou para São Borja, e depois exilou-se no Uruguai em 4 de abril.

Apesar de João Goulart ter sido legalmente deposto apenas na madrugada do dia 2, mesmo dia em que os Estados Unidos da América reconheceram o novo governo constitucional do Brasil, o golpe de Estado de 1964 se consolida ainda no dia 1º de abril. Mas qual o real interesse neste dilema? Não seria irrelevante discutir sobre a precisão de datas históricas? Este não seria um pendore ainda tributário da tradicional história política, já há muito superado? Muito pelo contrário, o debate crítico sobre datas históricas estão longe de serem irrelevantes ou desinteressados, estes quase sempre relevam questões latentes fundamentais à compreensão histórica e à luta política no presente.

Porque as datas importam

Uma das primeiras surpresas que acometem aos jovens iniciados nos cursos de graduação em história é o entendimento de que as datas não são tão importantes assim para a compreensão histórica como se supunha. O contato com a “revolução” que os Annales e os historiadores do século XX promoveram sobre a produção do conhecimento histórico, destituindo do pedestal a “história acontecimento”, “factual”, geralmente leva os historiadores profissionais a ignorarem a relevância política real que as datas possuem na vida concreta das sociedades.

Como se sabe, as datas não raramente são objetos de renhidas disputas políticas. Os conflitos travados no presente em nome do passado tendem a instituir certas datas em oposição a outras ou ressignificar as que já foram estabelecidas, disputando os seus significados históricos. É notório o caso do 1º de maio, que nascido da luta e denúncia contra o trabalho alienado e a exploração inerente do capital foi reapropriado pelo Estado e transformado em seu oposto, ou seja, em um dia de comemoração e exaltação ao trabalho.

Refletindo sobre a relação entre a história e a memória nacional, Robert Darnton (2010) faz alusão a importância política das datas históricas, quando lembra o valor que os trabalhadores das docas do *Solidariedade* polonês atribuía a elas. Nos anos 1980, o 1º de maio possuía um significado profundamente distinto do 3 de maio, data em que se comemorava a liberdade constitucional e a tentativa de salvar a Polônia da partilha de 1791. A primeira data, tornada o dia oficial do trabalho, era geralmente vivenciado como uma festa comemorativa integrada ao calendário de exaltação do regime comunista, enquanto a segunda, também parte da memória nacional apreciada pelo Estado polonês, era costumeiramente interpretada pelas forças dissidentes pelo seu vícios de resistência e defesa da autonomia nacional, o que poderia entrar em choque com a realidade do regime comunista imposto pelas condições do pós-guerra e avanço das forças soviéticas – forças estrangeiras que faziam da Polônia um de seus satélites na luta global contra o capitalismo.

A Segunda Grande Guerra na Polônia possuía suas próprias narrativas históricas e memórias conflitantes, o que refletia, por sua vez, em uma contradição de datas. Em visita ao país, o historiador americano lembrava que: “Uma placa em homenagem a um soldado morto numa igreja de Varsóvia não [trazia] nenhum comentário além de um local e uma data: ‘Katyn, 1940.’” A história oficial afirmava que “o corpo de oficiais poloneses – a nata de toda uma geração” – havia sido destruído num gigantesco massacre promovido pelo povo germânico, quando o exército nazista “alcançou a floresta de Katyn, durante sua invasão do território soviético em 1941”. Mas de acordo com os alemães, o massacre havia ocorrido “pelo menos um

ano antes, e eles não encontraram em Katyn nada além de uma vala comum”. Se o fato acontecera em 1940, este havia sido obra dos soviéticos. Sendo assim, para “os poloneses, a diferença entre 1940 e 1941 [era] uma questão de vida ou morte” (DARNTON, 2010, p. 18). Nestes termos, Darnton concluía que se uma prática historiográfica renovada do século XX havia tornado a fórmula rankiana uma ressonância arcaica no mundo ocidental, a história, considerada “velha” pelos mais relevantes praticantes do ofício, ainda grassava sua relevância política em países como a Polônia.

Tentem dizer a um polonês que os fatos não importam, que a diplomacia e a política são epifenômenos, que é possível deixar de lado as datas para estudar estruturas. Ele responderá que a diferença entre 1940 e 1941 é uma questão de vida e morte, que nada poderia ser mais importante do que as cláusulas secretas do Pacto Ribbentrop-Molotov (Ibid., p. 52).

Apesar de sua declaração de morte, a história factual parece mais do que um “cadáver que precisamos enterrar”. Permanece bem viva e presente na vida das pessoas comuns, cumprindo importantes funções sociais e papéis no engajamento político. No entanto, se as datas não são tão desimportantes e os fatos triviais, cabe salientar que estes são produzidas por operações históricas. Assim, como não há uma oposição estrita entre fatos e interpretações, visto ser o primeiro produto da segunda, as datas históricas não são instituídas pela natureza, nascem da luta política e da manipulação temporal produzida pela prática historiográfica e narrativas memorialísticas.

Se são os próprios historiadores que produzem os fatos históricos, selecionando e dispondo os fatos do passado que acha mais relevante para sua interpretação histórica, são os próprios historiadores que determinam quais são e o que são as datas históricas (CARR, 1985). Quais eventos ocorridos em quais dias devem ser considerados relevantes historicamente o suficiente para pleitear um lugar na memória nacional e qual o significado que essas datas, consagradas como históricas, devem possuir. 31 de março ou 1º de abril? E o que elas significam? Os historiadores não podem dissimular sobre sua participação neste conflito político e memorialístico. Diferente do que ainda pensam alguns, seu papel não é exatamente corrigir as memórias ou opções políticas em conflito, mas intervir, assumindo, conscientemente, um lado no próprio combate.

Os usos políticos do passado produzido pela luta no presente perpassam diretamente por combates memorialísticos e disputas historiográficas, e a oposição estrita entre história e memória já foi há muito questionada. Memória e história não existem como esferas isoladas da realidade social. Muito pelo contrário, enquanto as memórias se configuram através de uma reapropriação

da história; as histórias, por sua vez, são reconhecidas quando reelaboram e organizam as memórias, depurando-as e as ressignificando. Esse entrelaçamento entre história e memória fica nítido quando refletimos sobre as construções da identidade nacional. É possível constituir a identidade nacional desprezando as memórias coletivas e o trabalho desses especialistas do passado? Como lembra Pollak (1992), o trabalho de “enquadramento da memória” é parcialmente realizado pelos historiadores. Os fenômenos de unificação nacional tal qual visto nos últimos séculos demonstram o papel, nada desprezível, desempenhado pela ciência histórica. Se a constituição de datas históricas, tão importante para a conformação de memórias coletivas, nascem, por exemplo, da luta política, desse processo não estão ausentes os historiadores.

Todos sabem que até as datas oficiais são fortemente estruturadas do ponto de vista político. Quando se procura enquadrar a memória nacional por meio de datas oficialmente selecionadas para as festas nacionais, há muitas vezes problemas de luta política. A memória organizadíssima, que é a memória nacional, constitui um objeto de disputa importante, e são comuns os conflitos para determinar que datas e que acontecimentos vão ser gravados na memória de um povo (POLLAK, 1992, p. 4).

A história erudita, quase sempre responsável em consagrar e questionar datas históricas, também contribui com este processo político. Por isso, os usos e abusos do passado estão longe de serem uma condição exclusiva da memória. A memória é sempre motivo de disputa política, essas disputas perpassam também, no entanto, o campo historiográfico, que se torna ele próprio mais um campo em que essa disputa é travada. Negar isso em favor das pretensões de neutralidade epistemológica é uma atitude bastante questionável. Sabe-se que as datas históricas, como os fatos, são, em alguma medida, uma invenção do historiador. A temporalidade e a cadeia cronológica dos eventos servem a interpretação histórica construída pelo agente do conhecimento. O tempo é um objeto da história. Como “senhor do tempo”, e não seu cativo, o historiador manipula, mesmo sem consciência, a temporalidade dos fatos e eventos que selecionou para analisar, instituindo assim, as datas históricas que servem como marcos temporais de fenômenos históricos mais amplos. Foi Marc Bloch (2001), entre tantos outros, que em seu “manual” aos iniciados no ofício, denunciou o comodismo das classificações cronológicas dos historiadores que se submetiam as determinações matemáticas dos calendários. Ora, a lógica imposta pelos eventos ou pela análise histórica não respeita as demarcações “naturais” do tempo físico ou mecanismos cronológicos construídos pelo tempo histórico.

É conhecido o recorte temporal que Eric Hobsbawm construiu sobre os séculos que pretendeu analisar. Buscando sustentar a sua tese de que o século XIX foi o momento na história em que o mundo se tornou burguês, o historiador inglês tomou a Revolução Francesa como o

seu marco inaugural, fazendo-o iniciar-se em 1789, e não em 1801. E ao assumir a eclosão da Primeira Grande Guerra como marco final, o historiador ampliou-o até 1914, violando assim as regras matemáticas que fazem do século uma medida de cem anos. Depois do “longo século XIX”, o historiador apresentou sua narrativa histórica sobre o que considerava o “curto século XX” (Cf. HOBSBAWM, 1971, 1977, 1987, 1995). Nascido em 1914 e finalizado em 1991, após a dissolução da URSS, o novo século fora amputado em algumas décadas. Se os recortes temporais, essenciais a qualquer narrativa com pretensões de compreensão histórica, servem a interpretação produzida pelo agente do conhecimento, as várias propostas de periodização expressam uma visão de mundo e de história.

Como os intérpretes do passado, historiadores profissionais ou não, manipulam o tempo a favor de seus interesses e instituem as datas históricas. Quem disse que a Revolução Francesa tem início em 1789? Por que assumir a tomada da Bastilha como o ponta pé inicial da Revolução, tornando o 14 de julho uma data histórica, com direito a feriado no calendário nacional? Por que não o 21 de janeiro de 1793, dia da decapitação do rei e da rainha, representantes do poder político do antigo regime? E se 1789, e não 1793 ou outro ano e data qualquer, é o marco inicial consagrada da Revolução, por que 1799 se apresenta como o seu marco final. Por que o fim da Revolução Francesa não pode ser datado em 1804, com a restauração do Império por Napoleão? Ou 1814, com a restauração da monarquia dos Bourbon? Certamente existem inúmeros argumentos para sustentar a demarcação temporal predominante na historiografia, vida política atual, e memória nacional francesa e europeia. Se quer argumentar apenas que existem argumentos em favor de datações alternativas, e que, portanto, as cronologias dos eventos, as demarcações temporais e as datas históricas são invenções da luta política do presente, e que delas fazem parte, querendo ou não, os historiadores, reconhecidos socialmente como especialistas no passado.

A organização temporal dos eventos que constituem a cronologia dos fatos sobre o golpe de Estado de 1964 e a ditadura militar brasileira não é, obviamente, diferente de nenhum outro fenômeno histórico. O recorte temporal, principalmente tratando-se da definição sobre o seu marco final, mantém-se em disputa no campo historiográfico e na memória coletiva da sociedade brasileira. A definição predominante insi em 1985, quando a eleição indireta para a presidência da República elegeu o primeiro presidente civil desde o golpe de 1964. Outros marcos alternativos apontam para 1988, devido a promulgação da nova constituição federal que reinstituiu as bases legais do Estado democrático de direito, e mesmo 1989, quando se realizou a primeira eleição direta a presidência da República desde 1960. Existem intérpretes, por sua vez,

que apresentam 1979 como o fim da ditadura, vide a suspensão do AI-5, o fim do bipartidarismo e a aprovação da lei da anistia (Cf. REIS FILHO, 2014).

O processo de instituição de datas históricas acontece por meio de uma escolha arbitrária feita pelos mais variados intérpretes do passado, mas essa seleção sempre mantém uma coerência com certas teses historiográficas. Admitir que o golpe de 1964 se deu em 31 de março nos faria assumir que naquele fatídico dia não havia resistência possível de êxito, adotando assim, a ótica dos golpistas sobre o fenômeno, que o compreendem como uma simples ação dos militares e civis opositores postos em movimento contra a radicalização do irresponsável presidente da República e seus apoiadores esquerdistas. Enquanto reconhecer o 2 de abril como o dia do golpe, devido a deposição legal de João Goulart, significaria aceitar as grades do formalismo liberal impostas pelo próprio rito golpista, aproximando-se também das próprias teses sustentadas à época, e desde então, pelos defensores do golpe, que apontam para o respeito a constituição, e para a participação, e suposto apoio, da sociedade civil neste ato de força antidemocrático².

O golpe, iniciado no 31 de março, se consumou no 1º de abril, e buscou legalizar-se no dia 2. Não poderia ser mais simbólico. Um regime que nasce no Dia da Mentira, como uma farsa de revolução, de ação patriótica guardiã da democracia. Forjou sua própria legitimidade e legalidade baseando-se na mentira e falseamento da realidade. O golpe de 1964 foi tragédia e farsa ao mesmo tempo. O momento em que a farsa se encontra com a tragédia, já que ela não tinha a quem repetir.

Efemérides geralmente são adequadas oportunidades para refletir sobre o presente e sua relação com o passado. A rememoração dos 50 anos do golpe se defrontou com um Brasil politicamente distinto do que os 60 anos irá encontrar. Os acontecimentos recentes apresentaram uma extrema-direita que se orgulha de defender a ditadura em suas dimensões mais atrozes, como a tortura, por exemplo. Vários esqueletos caíram do armário nos últimos anos. Esses defensores do golpe e da ditadura, porém, ainda permanecem envergonhados, não só não admitem que o movimento civil-militar de 1964 produziu nada além de um golpe de Estado, como insistem que ele ocorreu em 31 de março, afastando-se da data relacionada ao dia dos tolos. A tragédia farsesca do golpe permanece viva na memória social e vida política do país. Qual permanece sendo o papel da historiografia neste cenário, se não também denunciar seus aspectos farsescos?

Referências Bibliográficas

BLOCH, Marc Leopold Benjamin. **Apologia da história ou o ofício do historiador**. Tradução: André Telles. Rio de Janeiro: Editora Jorge Zahar, 2001.

CARR, Edward Hallet. **Que é história?** Tradução de Lúcia Maurício de Alverga. Revisão técnica de Maria Yedda Linhares. 4ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.

CONY, Carlos Heitor. **O ato e o fato: o som e a fúria das crônicas contra o golpe de 1964**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2004.

DARNTON, Robert. **O beijo de Lamourette: mídia, cultura e revolução**. Trad. Denise Bottmann. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

DINES, Alberto (org.). **Os idos de março e a queda em abril**. 3. ed. Rio de Janeiro: José Alvaro Editor, 1964.

FERREIRA, Jorge; GOMES, Ângela de Castro. **1964: o golpe que derrubou um presidente, pôs fim ao regime democrático e instituiu a ditadura no Brasil**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2014.

FERREIRA, Jorge. O golpe faz 50 anos. Cinco questões sobre o governo Goulart e a crise política de 1964. In: **1964 do golpe à democracia**. São Paulo: Editora Hedra, 2015.

HOBBSBAWM, Eric J. **A Era das Revoluções – 1789-1848**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1971.

HOBBSBAWM, Eric J. **A Era do Capital – 1848-1875**. Trad. Luciano Costa Neto. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

HOBBSBAWM, Eric J. **A Era dos Impérios – 1875-1914**. Trad. Sieni Maria Campos e Yolanda Steidel de Toledo. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

HOBBSBAWM, Eric. **Era dos Extremos: o breve século XX 1914-1991**. Trad. Marcos Santarrita. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

POLLAK, Michael. “Memória e identidade social”. In: **Estudos Históricos**, 5 (10). Rio de Janeiro, 1992.

REIS FILHO, Daniel Aarão. **Ditadura e democracia no Brasil: do golpe de 1964 à Constituição de 1988**. 1ª ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2014.

Notas:

¹ Doutor em História pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Professor da Universidade do Estado da Bahia (Uneb), campus IV, Jacobina-BA. Membro-pesquisador do Laboratório de História e Memória da Esquerda e das Lutas Sociais da Universidade Estadual de Feira de Santana (LABELU-UEFS). E-mail: lineker.noberto@yahoo.com.br / <https://orcid.org/0000-0001-8344-9484>

² É o que parece fazer historiadores como Jorge Ferreira. Cf. FERREIRA, 2015.